

CIBEC/INEP



B0029126

POLÍTICA E RESULTADOS

1995 - 2002

Educação
Especial

Ministério da Educação

F
37.014"1995-2002"
B823pee
Ex.2

Brasília - DEZ / 2002

Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação

Paulo Renato Souza

Secretária Executiva

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Especial

Marilene Ribeiro dos Santos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Educação Especial

	Apresentação.....	4
I.	Introdução.....	6
II.	Educação Especial.....	7
	1. A História do Esforço Ativo pelo Respeito à Dignidade das Pessoas que Apresentam Necessidades Educacionais Especiais.....	7
	2. A Ação Afirmativa do Ministério da Educação na Construção de uma Escola Inclusiva, a partir de 1995.....	10
	3. Ações de Gestão e Ações Educativas.....	14
III.	Resultados.....	18
	Bibliografia.....	22

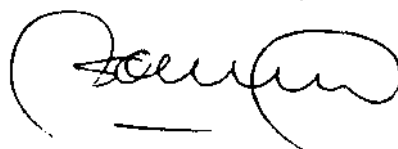
Toda a produção editorial do Ministério da Educação, nestes oito anos, teve como objetivo primordial oferecer suporte para a implementação das reformas e políticas definidas em relação aos vários níveis do ensino. O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação de nosso país. Na educação especial, a orientação geral da política educacional foi a de promover a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas classes e escolas do ensino regular.

A prática dessa política, com seu enorme êxito, constitui-se de fato em um importante componente da política de universalização do acesso ao ensino fundamental. Assim como era importante criar os meios para incluir na escola o segmento de população afastado das políticas públicas devido à carência econômica, era também essencial promover a inclusão dos que estavam fora da escola devido a alguma deficiência.

O nosso desafio na implantação das políticas foi criar uma estratégia para atingir o conjunto do sistema, efetuar uma mudança de cultura e conseguir resultados qualitativos. Evitamos assim a imposição de programas ou projetos definidos pelo Ministério, buscando sempre a persuasão para que fossem adotados pelas instâncias descentralizadas. Em um país federativo como o nosso, se o governo federal tiver a ilusão de que ele vai determinar, em cada momento, cada passo que vai ser dado, certamente se perderá numa tecnocracia soberba e sem eficácia. Por todas essas razões era preciso que os programas e projetos estabelecidos tivessem alta qualidade técnica para que fossem aceitos pelas outras instâncias de governo. Por outro lado, era também importante ser convincente na argumentação.

Essas perspectivas estiveram sempre presentes na produção editorial do Ministério da Educação. As publicações neste período servem justamente ao propósito de orientar os gestores do sistema de educação brasileiro. Procuram convencer sem impor, liderar sem submeter.

E esse também o propósito da presente publicação: a um só tempo, deixar o registro do muito que foi feito e buscar a sustentabilidade de políticas, programas e ações que, acreditamos, contribuem muito para a construção de um país melhor e mais justo. Na educação, as coisas não acontecem da noite para o dia. O processo é lento, difícil. Por isso publicações desta natureza/a são extremamente importantes para balizar políticas e debates públicos.



Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

I. Introdução

A partir da Constituição Brasileira de 1988, foi assegurado às pessoas com necessidades especiais o direito à educação e o direito de recebê-la, em convívio com os demais alunos nas escolas regulares. Em seqüência, a sociedade brasileira, assumindo inclusive compromissos internacionais, legitimou estes direitos em legislações internas pertinentes, como é o caso da Resolução nº 2 CEB/CNE de 2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

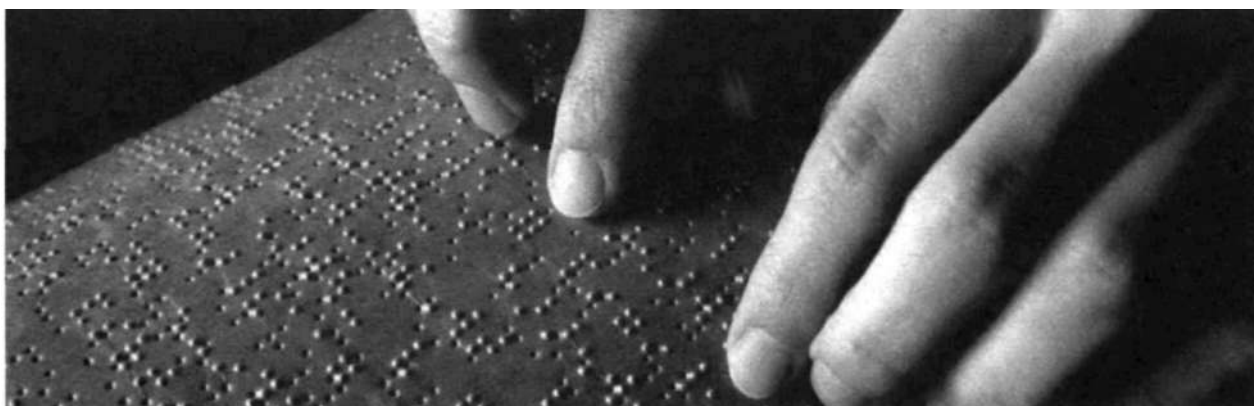
No mundo do trabalho, as novas tecnologias prometem expandir as possibilidades de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. A internet descortinou um novo mundo para todos, especialmente para os que têm dificuldade de se locomover ou de se expressar, devendo ter cada vez mais acesso à educação.

A política do Ministério da Educação, nessa gestão, foi a de promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes e escolas regulares e expandir seu atendimento em todos os níveis

e modalidades escolares nos sistemas federal, estadual e municipal de ensino. Assim, a política educacional para esse alunado passou a ser entendida como uma ação transversal presente nas ações desenvolvidas nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação escolar.

O acesso de crianças e jovens, com necessidades educacionais especiais à escolarização, de fato, se constitui como um componente importante na política de universalização do acesso ao ensino fundamental, desenvolvida pelo Ministério.

A efetivação da política de inclusão tem logrado êxito, a partir da decisão do Governo de acatar, em 1994, a sugestão das principais lideranças comunitárias que reivindicaram a manutenção da Secretaria de Educação Especial na estrutura do Ministério da Educação. Hoje, passados oito anos, é possível avaliar com clareza a importância daquela decisão, pois esta Secretaria de Educação Especial passou, efetivamente, a atuar de forma transversal e integrada às demais Secretarias e outros órgãos do Ministério da Educação, promovendo a política da inclusão como jamais ocorrera na história de nosso país.



II. Educação Especial

1. A História do Esforço Ativo pelo Respeito à Dignidade das Pessoas que Apresentam Necessidades Educacionais Especiais

A história da atenção educacional aos portadores de deficiência, no Brasil, é a que vai do simples asilamento institucional ao reconhecimento e ao atendimento, com qualidade técnico-científica, as suas necessidades educacionais especiais, no espaço comum da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, assumia, como política pública, o fortalecimento do setor privado na atenção à pessoa portadora de deficiência.

Na década de 70, a visão tecnicista da Educação começava a se implantar no país. Afirmava-se que a educação especial requeria "técnicas e serviços especializados".

O compromisso do Estado brasileiro com a Educação Especial foi explicitado, pela primeira vez, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº4.024/1961. Essa lei determinava que o atendimento ao aluno com deficiência deveria ocorrer na "educação regular, dentro do possível", ao mesmo tempo em que garantia apoio financeiro às instituições privadas, desde que credenciadas pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Na década de 70, a visão tecnicista da Educação começava a se implantar no país,

desvelando-se claramente na Lei 5.692 / 71, a qual foi complementada pelo Parecer do CFE 848 / 72, que explicitava "a necessidade de se implementar técnicas e serviços especializados para o atendimento dos (então denominados) excepcionais".

O Plano Setorial de Educação e Cultura, por sua vez, (1972-1974) incluiu a Educação Especial no rol das prioridades educacionais no País (Projeto Prioritário nº35).

A década de 70 registrou o fortalecimento das organizações não-governamentais, provocando, em 1973, por influência dessas entidades, a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) (órgão responsável pela política de educação especial no país) vinculado ao Gabinete do Ministro da Educação.

Os serviços privados cresceram e aumentaram sua visibilidade nos anos 70. A criação do CENESP (1973) foi um marco de sua força.

Na década de 80, no bojo do processo de redemocratização do País, ampliou-se a discussão sobre o direito das pessoas portadoras de deficiência à vida integrada.

Outro fato ocorrido nessa década foi a ampliação de serviços privados, cuja **visibilidade** e influências nas ações do País, podem ser verificadas, por exemplo, pela instituição das Portarias Interministeriais nº 477 (Ministério da Educação e MPAS, 1977) e 186 (Ministério da Educação e MPAS, 1975). Tais Portarias determinavam procedimentos de diagnóstico e de atendimentos especializados para alunos

A história da atenção educacional aos portadores de deficiência, no Brasil, é a que vai do simples asilamento institucional ao reconhecimento e ao atendimento, com qualidade técnico-científica, às suas necessidades educacionais especiais, no espaço comum da escola.

portadores de deficiência, estabelecendo que, na ausência de serviços especializados da LBA / MPAS, deveria recorrer-se aos serviços privados da comunidade.

A década de 80 testemunhou fatos interessantes como o movimento de redemocratização do País e o surgimento de novas tendências nas relações entre a sociedade e as pessoas portadoras de deficiência.

O ano de 1981 foi definido pela ONU como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, desencadeando uma ampla discussão nacional sobre o direito de as pessoas portadoras de deficiência estarem inseridas na sociedade.

Reconhecia-se oficialmente a existência desse segmento populacional, bem como seu direito a uma atenção governamental específica e peculiar.

Em 1985, o Presidente instituiu um comitê com a tarefa de elaborar um plano nacional de atendimento às pessoas portadoras de deficiência. Dando continuidade a esta nova política, criou-se, em 1986, a Coordenadoria Nacional para a **Integração** da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE e transformou o CENESP em Secretaria de Educação Especial.

A conjunção desses fatores parece ter favorecido a ocorrência de uma mudança fundamental na política de atenção às pessoas portadoras de deficiência.

A educação especial, fundamentada numa visão pragmática da deficiência, passou a



buscar o preparo e o desenvolvimento dessa população, aplicando o princípio da normalização, condição para a sua posterior integração social.

Em 1985, o Presidente da República instituiu um comitê que tinha como tarefa elaborar um plano nacional de atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

O Governo brasileiro em 1986, reconhecendo oficialmente a existência desse segmento populacional, bem como o seu direito a uma atenção governamental específica e

A partir da Constituição de 1988, passou-se a priorizar o atendimento ao aluno com necessidades especiais no ensino regular.

peculiar, e atendendo às sugestões do Comitê criou, vinculada à Presidência da República, a Coordenadoria Nacional para Integração da

Pessoa Portadora de Deficiência/CORDE e transformou o CENESP em Secretaria de Educação Especial/SESP no âmbito do Ministério da Educação.

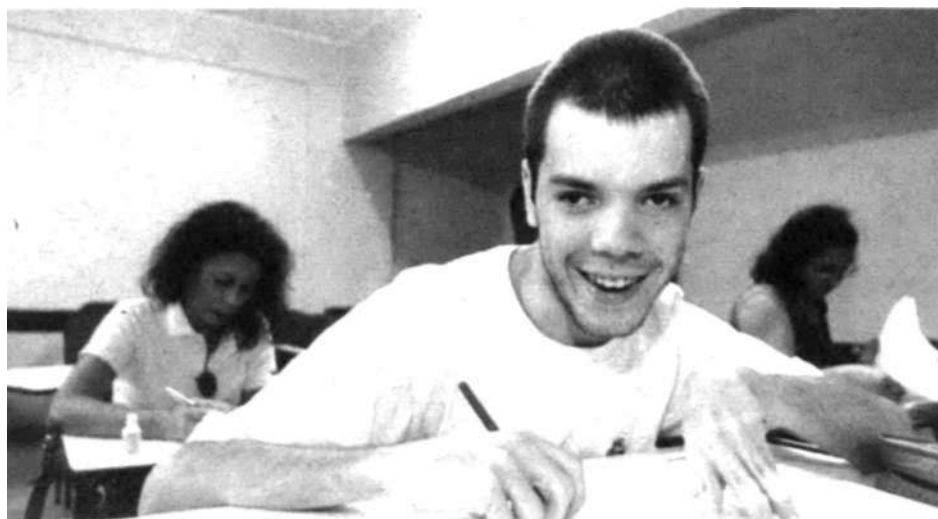
Em 1986, o Ministério da Educação estabeleceu normas ampliando as possibilidades das instituições privadas utilizarem as verbas públicas.'

A Constituição Federal de 1988 instituiu a descentralização do poder por meio da municipalização, processo que expandiu o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais nos municípios brasileiros. Passou-se a priorizar o atendimento ao aluno com necessidades especiais no ensino regular, embora explicitando e enfatizando a necessidade de colaboração dos setores privados, por meio de programas

de prevenção, do atendimento e de educação para o trabalho.

Em 1990, o Brasil, aceitando os termos da Declaração de Educação para Todos, elaborada na Conferência Mundial sobre Educação realizada em Jomtien (Tailândia), comprometeu-se emvidar esforços no sentido de construir um sistema educacional acolhedor para todos. O lema do discurso oficial era "Todos na escola" e "Uma escola de qualidade para todos".

A década de 90 iniciou em clima de grandes discussões acerca das providências a serem tomadas em razão do cumprimento das recomendações da Conferência Mundial. A sociedade brasileira mobilizada passou a exigir que a escola fosse realmente de qualidade para todos.



A década de 90 focalizou politicamente a população de alunos com necessidades educacionais especiais, segmento que adquiria o atendimento na rede pública do ensino regular de forma definitiva na história do País.

O Ministério da Educação publicou a Política Nacional de Educação Especial. A palavra **inclusão** foi definitivamente incorporada como norteadora da prática institucional.

Isto alçou ao loco do olhar político a população de alunos com necessidades educacionais especiais, segmento que, definitivamente, na história do País, adquiria o direito de ser atendido na rede pública do ensino regular.

Assim compromissado, o Ministério da Educação publicou, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial, documento que recomendava a educação do aluno com necessidades educacionais especiais preferencialmente no ensino regular. Com isto, sinalizava que o poder público se propunha a assumir seu papel, mas que o setor privado podia continuar atuando como já o fazia, anteriormente.

A pessoa com necessidades educacionais especiais foi reconhecido o direito ao pleno acesso e total possibilidade de participação na comunidade.



Em 1994, o Brasil acatou, novamente, um compromisso internacional, postulado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, desta vez realizada em Salamanca, na Espanha.

Nesse momento histórico, então, a palavra "inclusão" passou a surgir no discurso oficial, sendo definitivamente incorporada como norteadora da prática institucional.

Jamais, no Brasil, observou-se tão intenso movimento de atenção educacional aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, como de 1994 até o presente momento.

Para isso, o Ministério vem desenvolvendo diferentes ações no sentido de promover os ajustes e as adaptações que respondam às necessidades educacionais dos alunos.

2. A Ação Afirmativa do Ministério da Educação na Construção de uma Escola Inclusiva, a partir de 1995

A orientação geral da política educacional em relação à educação especial foi, desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, a de promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes e escolas regulares. No entanto, a princípio, entendia-se que se a política educacional para essa população efetivava-se por meio de uma ação transversal das secretarias-fim do Ministério da Educação, não

A partir de 1995, a educação brasileira convive com um novo paradigma. O conceito de integração é substituído pelo de inclusão.

havia a necessidade de um órgão especialmente dedicado ao assunto. Uma forte reação por parte das principais lideranças comunitárias ligadas ao tema reivindicou a manutenção da Secretaria de Educação Especial, na estrutura do Ministério, considerando a necessidade de um setor que organizasse a efetivação da política e viabilizasse os recursos necessários para atendimento aos educandos. A decisão do governo foi no sentido de reconhecer e acatar a reivindicação.



À primeira vista, a inserção do segmento populacional constituído pelos alunos com necessidades educacionais especiais, no sistema regular de ensino, pode parecer simplesmente uma continuidade do processo de proporcionar-lhes melhores condições de integração social.

Um olhar mais apurado, entretanto, revela que a partir de 1995, um novo paradigma é definitiva e afirmativamente adotado na educação brasileira.

Até então, o País investia na modificação e no "melhoramento" da pessoa que apresentava algum tipo de deficiência, para que então ela pudesse ser integrada à sociedade. O novo ideário educacional, apoiado pela promulgação de inúmeros dispositivos legais, passa a:

- reconhecer explicitamente a diversidade;
- garantir o acolhimento de todos, na diversidade;
- explicitar a necessidade de identificação das necessidades educacionais especiais de todos os alunos;
- estabelecer a obrigatoriedade do sistema educacional em responder, pedagogicamente, a essas necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva exigiu uma mudança radical na política educacional e demandou uma completa reestruturação nas ações de gestão e nas ações educacionais de todo o sistema. A educação especial deixa de ser um sistema paralelo de ensino e se insere, definitivamente, no contexto geral da educação.

É a este processo que se chama construção de um sistema educacional inclusivo. Portanto, o conceito de "Inclusão" fundamenta-se, entre outros, na necessidade de se identificar as necessidades educacionais especiais do aluno e de promover e implementar, na comunidade, os ajustes e suportes dos quais ele necessita.

A implementação da educação inclusiva, portanto, exigiu uma mudança radical na política educacional, já que essa decisão demanda uma completa reestruturação nas ações de gestão e nas ações educacionais do sistema como um todo.

O Ministério da Educação, então, de 1995 a 2001, por meio de sua Secretaria de Educação Especial, passou a investir intensamente nessas três vertentes: política, administrativa/gestão, e pedagógica.

Intensificou-se a necessidade de construção de um ambiente escolar inclusivo, já que o ensino regular passou a receber alunos com necessidades educacionais especiais, com os quais não tinha familiaridade.

Ações Políticas e Administrativas

Primeiramente, a educação especial foi inserida, definitivamente, no contexto geral da Educação, tirando-a da posição de sistema paralelo de ensino e incluindo-a no conjunto das políticas implementadas pelo Governo Brasileiro em suas diferentes esferas educacionais.

Para criar as condições necessárias à implementação das propostas da legislação brasileira foi necessário adotar uma série de medidas de forma a preparar o sistema educacional.

Nessa perspectiva, foi criada a Comissão Brasileira do Braille, como uma instância de referência para decisões sobre a política de atendimento à pessoa cega, no que se refere ao sistema de escrita em alto relevo.

O Programa do livro Didático Braille integra, hoje, o Programa Nacional do Livro Didático.

A fim de garantir ao aluno cego melhores condições de acompanhar o currículo escolar, foi criado o Programa do Livro Didático Braille que integra, hoje, o Programa Nacional do Livro Didático.

Foi também implementado o Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, que prevê, entre outras ações, a formação de professores para o ensino e uso da linguagem de sinais.

Em setembro de 2001, o Ministério da Educação publicou as "Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica" - marco na história da Educação Especial brasileira.

O mais significativo passo na história da Educação Especial no Brasil se deu recentemente em 14.09.2001, data em que foi publicado, no Diário Oficial da União, o documento "Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica". Discutido nacionalmente nos Fóruns de Educação Especial e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o documento veio explicitar as orientações e determinações



para a construção de um sistema educacional que desse respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos. Assim, o ensino regular passou a ser responsável também por esse alunado.

Outra grande ação política do Ministério da Educação foi implementar o "Projeto Educar na Diversidade, nos Países do Mercosul", em cinco escolas do estado do Mato Grosso do Sul, objetivando a construção de práticas inclusivas que envolvessem toda a comunidade escolar. Os resultados obtidos serviram de modelo para outras Unidades da Federação.

O projeto, apoiado pela UNESCO e OEA, coordenado pelo Brasil, é desenvolvido, também, em cinco escolas de cada país que integra o Mercosul Educativo.

Outra grande ação política do Ministério da Educação foi implementar programa de educação profissional com três grandes vertentes. A primeira, voltada para o redimensionamento das Oficinas Pedagógicas, tanto do sistema público, quanto das organizações governamentais. A segunda, articulada com as escolas da rede federal de educação tecnológica, concorrendo para o fortalecimento dessas escolas como centros de referência. Seis unidades já foram



incorporadas a esta função como gestoras regionais, na Rede Tecnológica Federal e outras, como gestoras estaduais. Foram também instalados 22 núcleos de atendimentos, com cursos de educação profissional, de nível básico e técnico, para diferentes setores da economia.

A terceira vertente, articulada com o "Sistema S", visando a qualificação profissional dos portadores de necessidades especiais nos estados e municípios.

Além dessas providências, o Ministério decidiu incluir o alunado com necessidades educacionais especiais nos demais programas de suporte à Educação, tais como: Programa Nacional do Livro Didático/PNLD, Programa Dinheiro Direto na Escola, Programa do Transporte Escolar, Programas de Preparação Profissional, Programas junto às Instituições de Ensino Superior - IES.

Para inclusão nas IES foi garantido o direito a condições adequadas ao aluno com necessidades especiais nas provas de vestibular; a inserção de itens de acessibilidade na edificação das unidades de educação superior, além de outros, como critérios para o credenciamento de novos cursos.

Com estas providências, ampliaram-se as possibilidades de acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao sistema de ensino regular, amparados com os suportes de que necessitam. Ressaltamos também a importância da função educacional dos Institutos Seculares, Instituto Nacional para Educação dos Surdos e o Instituto

Benjamin Constant para os Cegos, De acordo com o paradigma da inclusão, ambos estão se reestruturando para se tornarem centros de referência específicas de Deficiência Auditiva e Deficiência Visual.

Com o apoio da UNESCO, da OEA e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, desenvolve-se no estado de Mato Grosso do Sul o projeto EDUCAR NA DIVERSIDADE, NOS PAÍSES DO MERCOSUL.

Expande-se o atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais nas instâncias de formação profissional.

3. *Ações de Gestão e Ações Educativas*

Para implementação da política de construção de um sistema educacional acolhedor e que dê respostas a todos, desenvolveram-se ações junto aos sistemas de ensino em todas as unidades federadas.

De especial significação foram as campanhas: "A integração do aluno com deficiência na rede regular de ensino" e "Toda Criança na Escola" .

Para a primeira campanha foram produzidos 40.000 kits de material pedagógico, constituído por 3 (três) volumes de Cartilhas, manuais e vídeos de orientação a professores.

No início do ano letivo de 1997, foram veiculados, nas principais redes de televisão como chamada escolar, filmes informativos sobre a participação da criança portadora de deficiência na escola regular. Foram, também, veiculados "jingles" em rede nacional de rádio.

A versão para a Educação Especial da

Campanha "Toda Criança na Escola", desenvolvida pelo Ministério da Educação, utilizou dois motes: "Toda Criança tem Direito à Escola" e "Criança Especial é Lição de Vida para Todos".

Campanhas, cartilhas, filmes e gibis sensibilizaram os profissionais e a sociedade para a inserção de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. O efeito dessas campanhas foi um aumento de 66% na matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

O efeito dessas Campanhas, veiculadas nas principais redes de televisão, foi surpreendente, já que se constatou um aumento objetivo de 66% na matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas. Isto significa que tanto os pais levaram as crianças para a escola, como também que os professores passaram a perceber a existência de tais alunos em suas salas de aula, ou seja, a educação de crianças com necessidades especiais, tornou-se visível para todo sistema educacional.



A Secretaria de Educação Especial vem trabalhando junto aos sistemas educacionais com o objetivo de disseminar conhecimentos, informações e sensibilizar seus profissionais para a inserção, no ensino regular, de alunos com necessidades educacionais especiais. Junto às escolas especiais vem trabalhando

para que estas apóiem o processo de inclusão desses alunos.

Foram inúmeras as ações implementadas no tocante à educação de cegos.

Foram criados e implementados Centros de Apoio Pedagógico (CAP's) em 26 estados brasileiros, tendo como tarefa principal a produção de textos do currículo comum, em Braille.

Foram adaptados e transcritos para o Braille 155 títulos constantes do Guia do Livro Didático do PNLD, permitindo ao aluno cego acompanhar, com igualdade de condições, o trabalho na classe comum do ensino regular.

Outras ações educativas foram desenvolvidas, especialmente em duas categorias:

- Fortalecimento da relação pedagógica;
- Fortalecimento do canal de comunicação.

Para fortalecimento de sua comunicação com a sociedade, em geral, e da comunidade educacional brasileira, a SEESP investiu em sua linha editorial: Ampliando canais interativos entre a sociedade e a instância gestora, a SEESP participou de eventos locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais, tanto para socializar

Ações Importantes

No tocante à educação do aluno cego e do aluno com visão subnormal houve distribuição de kits pedagógicos e criação de CAP's. Ampliaram-se os canais interativos entre a sociedade e a instância gestora.

conhecimentos, como para ampliar sua rede de interlocução.

Considerando que a inclusão escolar requer professores capacitados para atuar na diversidade, o Ministério da Educação sugeriu a inclusão de temas sobre a educação de alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de formação inicial e continuada de professores.

A legislação que trata da Formação de Professores da Educação Básica confirma que os professores devem ter conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais de seus alunos.

Quanto à formação continuada, o Ministério da Educação desenvolveu o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental com objetivo de aperfeiçoar a prática dos professores, em relação às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Os programas de formação inicial e continuada atingiram um total de 165.275 professores, na modalidade presencial, e 7.800 por meio da educação a distância.

Publicação de documentos específicos de temática política, normativa, ou técnico-científica: Política Nacional de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais, Direito à Educação: das pessoas com necessidades educacionais especiais: subsídios para a atuação do Ministério Público Brasileiro.

Publicações de periódicos: Revista Integração, Série Diretrizes, Série Atualidades Pedagógicas, Série Institucional.

Para desenvolverem suas práticas pedagógicas, tiveram como base os Referenciais Curriculares Nacionais, os professores encontram apoio nas Adaptações Curriculares que foram elaboradas no sentido de oferecer estratégias e orientações que apóiem a sua prática pedagógica.

A implementação do PCN - Adaptações Curriculares contribuiu de forma efetiva para a construção de um sistema educacional mais inclusivo.

Um fator de suma importância foi o desenvolvimento do Programa de Apoio à Educação Especial-PROESP/CAPES. A partir desse programa, as instituições de ensino superior passaram a despertar maior interesse pela educação especial. Como consequência, foi criado o Fórum das Instituições de Ensino Superior sobre Educação Especial.

Cabe registrar, ainda, a execução de cursos de Língua Brasileira de Sinais/Libras para professores e intérpretes; de cursos de Braille e de adaptadores de livros para o Braille.

Estes cursos estão sendo ministrados em

Os Cursos de LIBRAS, de Adaptadores de Livros para o Braille, e para Intérpretes foram implantados numa média de cinco por Estado formando multiplicadores.

Os programas de formação inicial e continuada atingiram 2.300 municípios.

regime de parceria entre o poder público e organizações não-governamentais representativas dos diversos segmentos. Essas iniciativas, além de assegurar novas condições de acesso ao aluno com necessidades especiais, abriram espaço para novas competências técnicas no mercado de trabalho.

Fato inédito na história da educação brasileira é o de que milhares de profissionais foram desafiados a construir um sistema educacional inclusivo, tanto no que se refere ao ideário que o constitui, como as estratégias de implantação, que se desenvolveram em praticamente a metade dos municípios do país.

Constata-se que nas ações de sensibilização e de capacitação desenvolvidas, o Ministério da Educação atingiu, entre 1995 e 2001, aproximadamente 50% dos municípios brasileiros.

Entre 1995/2001 foram produzidos e distribuídos, 764.610 documentos voltados para a difusão de conhecimentos sobre as diferentes áreas de atenção ao aluno.



1. Documentos distribuídos/exemplares:

Política Nacional de Educação Especial / 1994	10.000
Revista Integração	217.000
Atualidades Pedagógicas nas seguintes áreas de deficiência: mental, visual, auditiva, múltipla e de superdotação	100.000
Educação Especial no Brasil	6.150
Parâmetros Curriculares Nacionais / Adaptações Curriculares Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais	22.000
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica	30.000
Direito à Educação de Pessoas com Necessidades Especiais: Subsídios para a Atuação do Ministério Público Brasileiro	3.000
Referenciais Curriculares da Educação Infantil	120.000
Dicionários Enciclopédicos Ilustrados Trilingües, da Língua Brasileira de Sinais, Volume I e II, Distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação	100

2. Materiais distribuídos:

Escola Integradora (cartilhas e vídeos) 40.000
Deficiência Auditiva (vídeo) 6.000
Deficiência Mental (vídeo) 6.000
Deficiências Múltiplas (vídeo) 6.000
Superdotação (vídeo) 6.000
LIBRAS em contexto (manual e vídeos para instrutores e alunos 12.000)
Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais 15.000
Materiais didáticos pedagógicos para alunos cegos 22.500

III. Resultados

Os dados mostrados a seguir demonstram os avanços alcançados no período:

1. *Evolução da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais.*

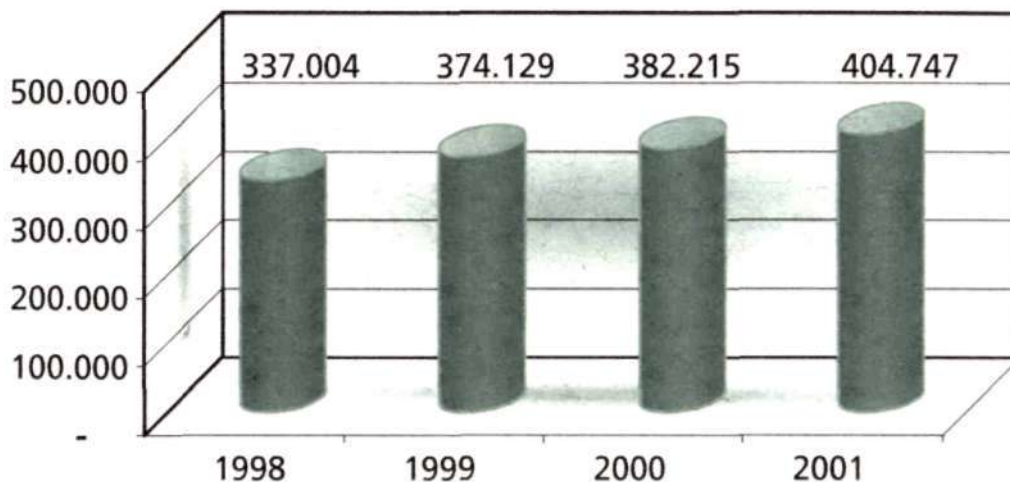


Figura 01. Matrículas na Educação Especial, de 1998 a 2001.

Índice apurado em 01/03/1998: 337.326 : 6.500.000...5,2%

Índice apurado em **01/03/2001**: 401.747 : 6.500.000...6,3%

FONTE: Ministério da Educação/INEP (CENSO ESCOLAR)

Conforme se pode constatar na Figura 01, o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados aumentou de aproximadamente 337.000 (01.03.1998), para 404.000 (01.03.2001), perfazendo um aumento de 19,9%, em três anos.

Certamente esse percentual é baixo, quando se pensa no universo estimado de pessoas que apresentam uma deficiência; entretanto, não se tem registro anterior de índices de aumento semelhante, em qualquer momento da história da Educação Especial no país.

2. Alunos beneficiados na Educação Especial com recursos do Ministério da Educação-FNDE.

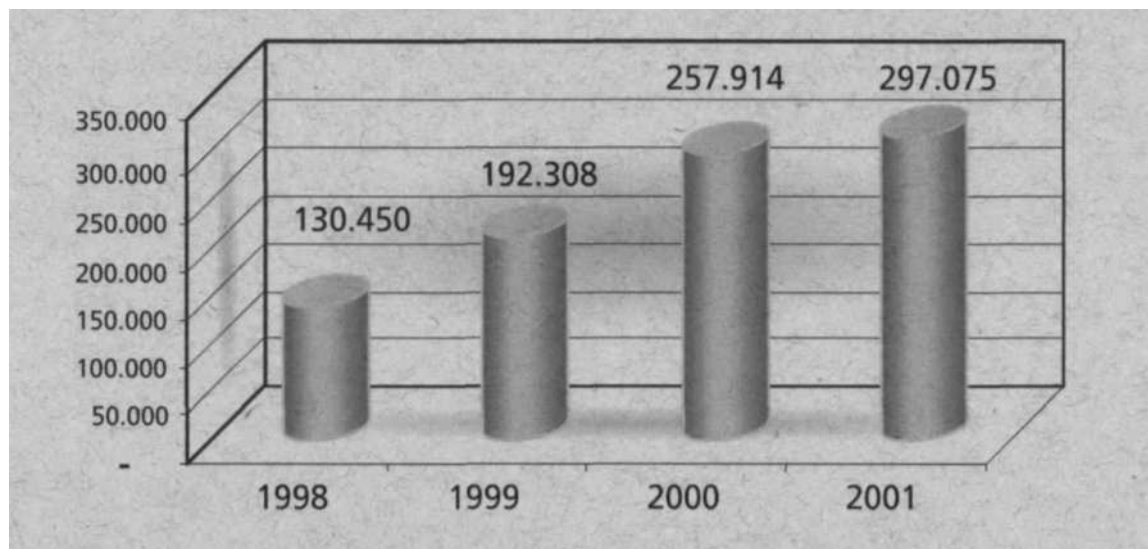


Figura 02. *Freqüência de alunos beneficiados por serviços de Educação Especial, com recursos do Ministério da Educação/FNDE, no período de 1998 a 2001.*

Conforme se pode observar na Figura 02, o número de alunos beneficiados por serviços de Educação Especial **financiados** pelo Ministério da Educação - FNDE demonstra uma tendência estável de crescimento.

aumentando sistematicamente, de 1998 a 2001. Enquanto que em 1998 o número de alunos beneficiados era de aproximadamente 130.000, em 2001, registrou-se 297.000 alunos.

3. Evolução da Matrícula I Modalidade de Atendimento

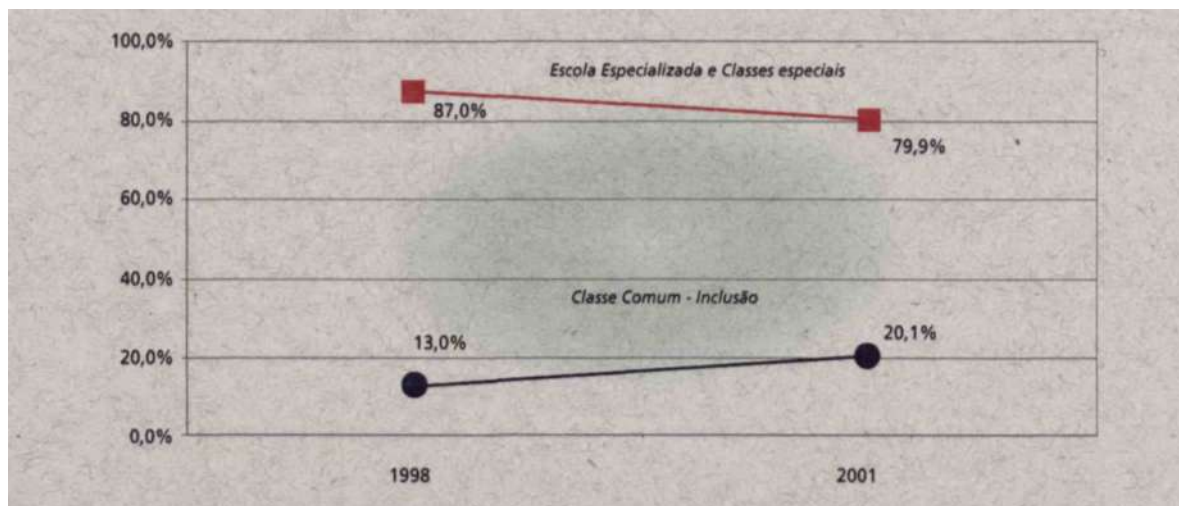


Figura 03. *Evolução da matrícula de alunos com necessidades especiais, de 1998 a 2001, por modalidade educacional de atendimento.*

A Figura 03, por sua vez, indica que nesse mesmo período. 1998 a 2601, houve um pequeno decréscimo de matrículas em escolas especializadas e classes especiais. O mesmo período registrou um acréscimo de matrículas em classes comuns, do ensino regular.

Embora dados quantitativos, por si só, não garantam que a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns assegure que estas tenham se tornado efetivamente inclusivas, o aumento do acesso desse alunado é indicativo do sucesso da política em desenvolvimento.

4. Municípios que oferecem Educação Especial

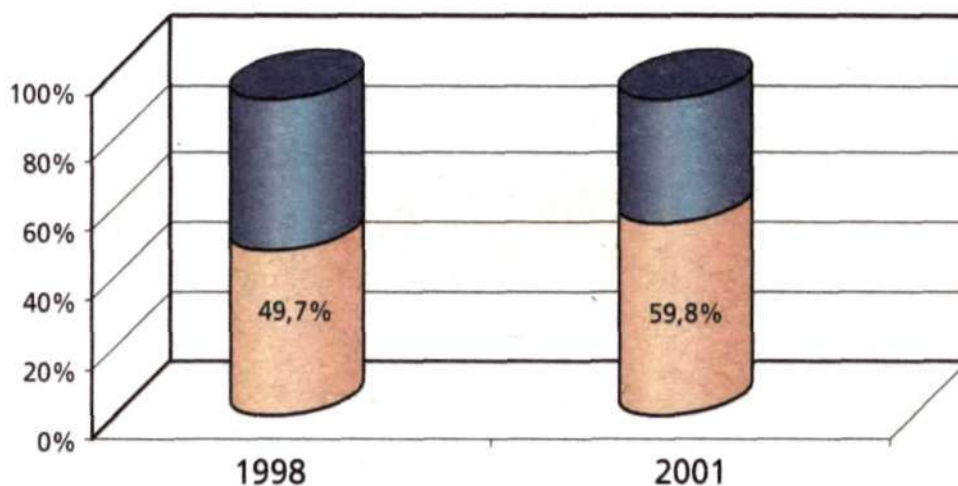
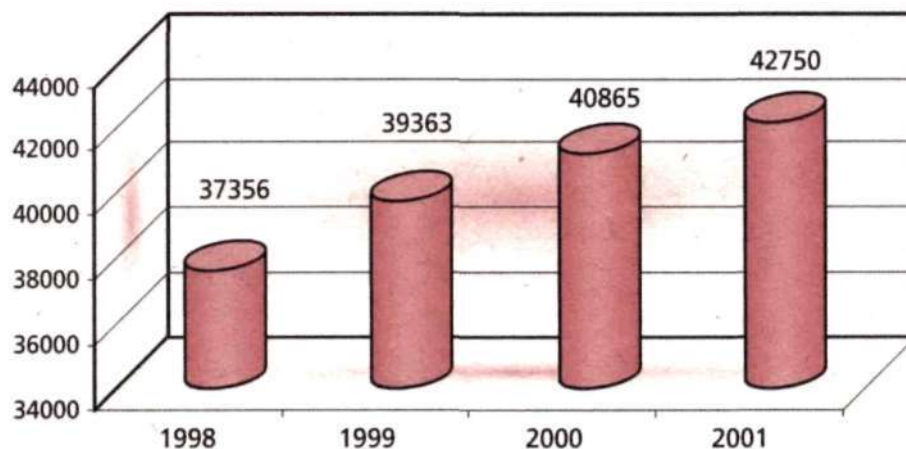


Figura 04. Porcentagem de municípios que oferecem serviços de Educação Especial.

Em março de 1998, eram 2.739 (49,7%) os municípios (dentre os 5.507 municípios brasileiros) que ofereciam Educação Especial. Em março de 2001, registrou-se um aumento de 9,9%, perfazendo um total de 3.295 municípios.

Este dado também mostra claramente a caminhada ascendente que se está construindo, na direção da garantia do acesso escolar aos alunos com necessidades especiais.

5. Número de funções docentes da Educação Especial



Índice apurado em março de 1998: 37.356 de um total de 1.439.064 de professores da educação básica 2,6%

Índice apurado em março de 2001: 42.750 de um total de 1.538.011 de professores da educação básica 2,8%

FONTE: Ministério da Educação/INEP (CENSO ESCOLAR)

No ano de 1998 havia 27.310 professores da educação qualificados, representando um percentual de 1,9% em relação ao número total de professores da educação básica.

Já em 01/03/2001, registrou-se 42.750 professores especializados, representando um percentual de 2,8% em relação ao número total de professores da educação básica.

Esses dados demonstram que a formação dos professores constitui-se num dos maiores desafios para a implantação de um sistema educacional inclusivo.

Apesar de os números parecerem insignificantes, constata-se um avanço no processo de expansão e melhoria da educação especial, no tocante à qualificação de professores. O foco de atenção da Secretaria de Educação Especial, dentro da política de inclusão escolar, é principalmente trabalhar com professores do ensino fundamental. Para tanto, a

estratégia utilizada é trabalhar na formação continuada e permanente desses professores.

A política da inclusão das crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais, nas escolas de ensino regular, constitui-se de fato um importante componente da política de universalização do acesso ao ensino fundamental. Assim como era importante criar os meios para incluir todos os alunos na escola, tornou-se imprescindível que os sistemas de ensino reconhecessem esses alunos com necessidades especiais, garantindo-lhes o mesmo direito à educação de qualidade.

Importante registrar que a educação inclusiva não diz respeito tão-somente à educação especial e sim à reforma do sistema educacional em seu conjunto. Entretanto, as ações empreendidas somam-se ao esforço do governo brasileiro no sentido de construir uma boa escola para todos.

Bibliografia

ARANHA, M.S.F (2001) Raízes Históricas da Educação Especial: Reagindo ao Texto. Marília: UNESP.

BRASIL (1934). Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro.

_____(1961). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4024/1961. Rio de Janeiro,

_____(1971). Lei 5.692/1971. Brasília.

_____(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.

_____(1993). Plano Nacional de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação/SEESP.

_____(1999). PCN - Adaptações Curriculares. Brasília: Ministério da Educação/SEF/SEESP.

_____(2001). Parecer 17/2001, sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação.

CUVO, A. (1996). Values and Paradigms: Paradigm Shift: from facility-based care to Empowerment, Carbondale. Illinois; Southern Illinois University. Texto digitado.

Ministério da Educação / SEESP (1996). Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Especial, 1996. Brasília.

Ministério da Educação/ SEESP (1997). Relatório de Gestão da Secretaria do Educação Especial, 1997. Brasília.

Ministério da Educação / SEESP (1998). Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Especial. 1994-1998. Brasília.

Ministério da Educação / SEESP (1999). Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Especial, 1999. Brasília.

Ministério da Educação / SEESP (2000). Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Especial, 2000. Brasília.

Ministério da Educação/ SEESP (2001). Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Especial, 2001. Brasília.

PESSOTI, I. (1984), Deficiência Menial: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. . EDUSP

UNESCO (1989). Declaração de Jomtien. Jomtien, Tailândia: Conferência Mundial de Educação.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca. Brasília: CORDE.

Expediente

Ministro da Educação
Paulo Renato Souza

Secretária Executiva
Maria Helena Guimarães de Castro

Secretaria de Educação Fundamental
Iara Glória Areias Prado

Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Raul David do Valle Junior

Secretaria de Educação Superior
Francisco César de Sá Barreto

Secretaria de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

Secretaria de Educação a Distância
Pedro Paulo Poppovic

Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola
Antonio Floriano Pereira Pesaro

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Mônica Messenberg

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP
João Batista Gomes Neto

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
Abílio Baeta Neves

Coordenação do Projeto
Sérgio Tiezzi

Elaboração do Texto
Maria Saete Aranha

Secretaria de Educação Especial

Secretária da SEESP
Marilene Ribeiro dos Santos

Coordenadora Geral da SEESP
Luzimar Camões Peixoto

Chefe de Gabinete da SEESP
Ivana Siqueira

Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco "L"
70047-900 - Brasília - DF - Brasil
<http://www.mec.gov.br>

Supervisão
Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação
J W Thompson Publicidade Ltda.

Projeto Gráfico
Laerte Agnelli

Editoração
Companhia do Traço

Fotolito
Litokromia

Impressão e acabamento
Kriativa

Produzido em papel reciclado da Cia. Suzano- Papel offSet 100% reciclado produzido em escala industrial no Brasil, feito a partir de aparas pré e pós-consumo



MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO

